



Jornal FNE

Edição 38 – Jul/05

Vontade de luta

Como matéria de capa desta edição e tema de um dos artigos de nossos colaboradores, o esforço bem-sucedido do Senge-AP pelo seu fortalecimento e expansão de suas atividades. Após um período de ostracismo, a entidade se rearticulou e hoje caminha para um futuro brilhante. Entre os pontos positivos que a caracterizam, a militância dos jovens profissionais, essenciais para a continuidade das batalhas da categoria.

Ainda no campo dos interesses dos engenheiros, a discussão sobre a Resolução 218, que versa sobre as atribuições profissionais. A FNE tem defendido a ampliação do debate de tema de tal importância e o esclarecimento do assunto a todos os interessados. O Sistema também está em pauta devido às suas eleições marcadas para novembro deste ano. Reunidos em assembléia, os dirigentes da federação listaram propostas que consideram fundamentais para a plataforma dos eventuais candidatos a presidentes dos Creas e do Confea.

Engenheiro traz também entrevista com Nazareno Stanislau Affonso, coordenador nacional do MDT (Movimento Nacional pelo Direito ao Transporte), que lançou a campanha “Tarifa Cidadã”, cujo objetivo é resgatar 37 milhões de brasileiros que não têm acesso a esse serviço por falta de recursos. Em C&T, outro esforço de inclusão: o Gesac, que leva tecnologia a comunidades nas quais muitas vezes não há sequer energia elétrica e telefone.

Ainda a vitória da mobilização dos trabalhadores, que impediu a extinção da RFFSA por medida provisória, e o que acontece nos estados.

Bom proveito.

CAPA

Política da nova diretoria do Senge-AP, a valorização profissional de arquitetos, engenheiros e técnicos locais foi tema de seu primeiro seminário no Estado. O evento foi realizado nos dias 9 e 10 de junho último, no Teatro do Sesi-AP (Serviço Social da Indústria), na capital Macapá. Contou com o apoio da FNE, Prefeitura Municipal, Eletronorte e Clube de Engenharia do Amapá e teve a participação de 60 profissionais, os quais puderam conhecer os seus representantes sindicais. Tiveram ainda a oportunidade de se associar e aderir à campanha de filiação à entidade, deflagrada na ocasião, a qual deve ser intensificada. Nesse contexto, Manoel Ferreira da Conceição Neto, presidente do Senge-AP, destacou que o encontro representou um grande passo para o fortalecimento desse sindicato. Para Flávio Brízida, diretor operacional da FNE, a entidade renasce forte, com 6% da base técnica do Estado já associada.

Em sua palestra sobre a atual conjuntura do País, o consultor João Guilherme Vargas Netto enfatizou no ensejo a importância de a classe técnica do Amapá se organizar e se unir ao movimento nacional para reagir aos “tsunamis” em especial na área sindical. Assim, considerou que o renascimento do Senge-AP veio em excelente hora, para que se somem esforços.

O presidente da FNE, Murilo Celso de Campos Pinheiro, também salientou a importância da reestruturação do sindicato e colocou a federação à sua disposição. Além disso, observou que a diretoria do Senge é bastante jovem, diferenciando-se do que ocorre na maioria dos outros estados, o que acredita ser um fato muito profícuo e interessante. Isso porque, conforme constatou, é difícil atrair a atenção do técnico jovem para as discussões dos problemas políticos e sindicais que afetam a categoria.

História e expansão

O Senge-AP foi criado há cerca de 15 anos, porém, lembra Brízida, ficou inoperante durante muito tempo, até que o ex-presidente, Edson Kuwahara – que comandou a entidade de 2003 a 2005 –, conseguiu, após muita luta, conferir legalidade ao sindicato. Com a nova diretoria, a expectativa é de expansão. Além de incrementar o quadro de filiados, o Senge-AP prepara-se para construir sua sede própria, em terreno cedido pelo Clube de Engenharia local, ao que existe a perspectiva de se conseguir financiamento.

À valorização profissional, devem ser promovidos seminários técnicos, treinamentos e cursos, inclusive ao engenheiro empreendedor. Também está prevista a implementação de carteira de prestação de serviços, sempre com o apoio da federação.

OPINIÃO

As promessas não cumpridas e a crise

João Guilherme Vargas Netto

Duas cartas foram enviadas ao povo brasileiro. A primeira delas, de 2 de junho de 2002, e assinada pelo então candidato presidencial Luiz Inácio Lula da Silva, garantia o respeito aos contratos e, para enfrentar a crise que se agravava nas finanças, acalmava os “mercados” e a banca. Estabelecia, no entanto, a necessidade de uma transição entre o modelo econômico então vigente e um novo “(...) capaz de assegurar o crescimento com estabilidade”.

Talvez por conta do esgotamento dos compromissos da primeira carta e pela inércia da condução econômica regressiva, o Governo vê-se às voltas com uma grave crise de representação política cujos desdobramentos são incertos.

Em 21 de junho, várias entidades representativas de movimentos sociais, entre elas CUT, MST e UNE, dirigem sua Carta ao Povo Brasileiro “contra a desestabilização política do Governo e contra a corrupção, por mudanças na política econômica, pela prioridade nos direitos sociais e por reformas políticas democráticas”. O documento tem uma clara preocupação partidária e obedece à lógica das “correias de transmissão”. Afirma, entretanto, coisas positivas e necessárias que encontram eco em toda a sociedade.

Para se afirmar a posição coerente do movimento sindical dos trabalhadores, seria necessário um amplo entendimento entre todas as suas lideranças contra a política econômica e a corrupção (que roubam dinheiro e recurso do povo trabalhador) e por avanços concretos na reforma sindical. Esses posicionamentos impulsionariam reivindicações gerais (redução da jornada, por exemplo) e as próprias campanhas salariais nas datas-base.

João Guilherme Vargas Netto é especialista em movimento sindical e consultor da FNE

O novo Senge Amapá

Edson Kuwahara

O Sindicato dos Engenheiros do Amapá, fundado em 27 de março de 1990 por um grupo de profissionais que trabalhavam em duas estatais, a CEA (Companhia de Eletricidade do Amapá) e Caesa (Companhia de Água, Esgoto e Saneamento do Amapá), teve como seu principal mérito a vontade de mobilizar os profissionais. Após esse esforço inicial, no entanto, a entidade passou por um longo período de ostracismo.

Quando resolvemos reativar o sindicato, por meio de um esforço conjunto do Clube de Engenharia e Arquitetura do Amapá, do Instituto de Arquitetos do Brasil – Seção AP e da Federação Nacional dos Engenheiros, tomamos a iniciativa de convocar uma assembléia com esse fim. Aqui vale destacar o contato mantido entre mim e o diretor Vanderlino Teixeira de

Carvalho, que havia sido meu colega no Plenário do Confea, e a participação decisiva do então presidente da FNE, Jorge Luiz Gomes.

Na retomada dos trabalhos, a nova diretoria observou que o sindicato estava há mais de dez anos com suas atividades paralisadas, o que muito dificultou sua regularização e manutenção. E faço aqui um agradecimento à diretoria, composta pelos engenheiros Eduardo da Silva Moura, Ederaldo da Silva Azevedo, Jorge David de Oliveira Filho e Manuel Ferreira da Conceição, que demonstraram companheirismo e compreensão. O passo a seguir foi a obtenção da Carta Sindical junto ao Ministério do Trabalho.

Superadas essas etapas básicas, mas fundamentais ao funcionamento da entidade, o Senge-AP conta com uma nova diretoria, muito interessada em avançar no seu fortalecimento. Têm sido promovidas diversas atividades, como seminários, palestras e encontros, e uma das preocupações principais é a conscientização dos profissionais quanto à importância de um sindicato unido, forte e bem-articulado com os diversos segmentos da sociedade.

Vale também ressaltar o apoio incontestável da FNE para que cada vez mais o sindicato possa caminhar de forma correta, sem atropelos. Demonstração dessa disposição foi a presença do seu presidente, Murilo Celso de Campos Pinheiro, e do diretor Flávio Brízida no Amapá, auxiliando e palestrando em seminário organizado pelo Senge. Na ocasião, o que mais chamou a atenção dos representantes da FNE foi a juventude da atual diretoria, que deve servir de exemplo para o resto do Brasil. É importante que possamos trazer os jovens profissionais para a militância. O interesse desses pelas questões sindicais e também pelo Sistema Confea/Creas é fundamental para que nossas lutas tenham continuidade e dêem bons frutos.

Edson Kuwahara foi presidente do Senge Amapá no período 2003-2005.

ENGENHARIA

Ao lançar no dia 6 de junho último protocolo de intenções para estabelecer o primeiro consórcio público com base na Lei 11.107, aprovada em abril, o Governo Federal o anunciou como solução à universalização do acesso à água na região envolvida – no caso 36 municípios do sul do Piauí. Porém, segundo técnicos, tal instrumento de gestão associada entre entes públicos não é panacéia para todos os males.

No caso do Piauí, deverá ser firmado ainda neste ano entre as prefeituras das cidades envolvidas – em uma das regiões com pior Índice de Desenvolvimento Humano do País – e o Governo do Estado. Terá ainda a participação da União, que destinará R\$ 10 milhões a fundo perdido. À gestão do saneamento, será criada autarquia de direito público pertencente a todos os entes. Para tanto, depende da aprovação de projeto respectivo nas Câmaras de Vereadores e Assembléia Legislativa. Nessa, tal seria votado em regime de urgência no dia 29 de junho, o

que não ocorreu devido a mobilização dos funcionários da Agespisa – empresa estadual de saneamento do Piauí – e sindicalistas, incluindo dirigentes do Senge-PI. “Se o consórcio for formado, haverá prejuízo aos trabalhadores dessa companhia. Devem ser transferidos para outros municípios ou demitidos 130 deles”, salienta o presidente dessa entidade e conselheiro da FNE, Antônio Florentino de Souza Filho, um dos participantes do protesto. Para impedir isso, agora que ganhou fôlego, o movimento acionaria, conforme ele, os ministérios públicos Estadual, Federal e do Trabalho.

Uma das polêmicas reside no fato de o contrato excluir a Agespisa. Segundo o secretário Nacional de Saneamento Ambiental, Abelardo de Oliveira Filho, sem essa companhia, não se engloba o custo da sua ineficiência e superestrutura. Com ela, destaca, “dez metros cúbicos de água saem a R\$ 21,00 quando se computa o custo local. Por essa nova modalidade, os mesmos 10m³ saem por R\$ 8,00”. Assim, torna-se possível “a cobrança de uma tarifa adequada à realidade local, universalizar os serviços e praticar o subsídio direto àquelas pessoas que não podem pagar”. Conforme ele, a dívida da Agespisa é de R\$ 600 milhões para um patrimônio de R\$ 230 milhões e essa está “numa situação de insolvência”. A proposta é de implantação de quatro consórcios e “vai possibilitar que a empresa estadual fique apenas com os 34 maiores municípios do Piauí, que representam 85% da sua arrecadação, para ver se ela consegue se recuperar”.

Faltam recursos

Para Silvano Silvério da Costa, coordenador da Frente Nacional pelo Saneamento Ambiental, a lei de consórcios é uma grande vitória ao setor, mas isoladamente não resolve a falta de acesso da camada mais empobrecida da população aos serviços. “As tarifas, por si só, não conseguirão dar conta do déficit. O setor deve ser considerado prioridade. É preciso riscar da agenda econômica do País as restrições ao investimento nos serviços públicos de saneamento”. Na ótica de Frederico Antunes, presidente do Fórum Nacional de Secretários Estaduais de Saneamento, o primeiro problema a ser solucionado no setor diz respeito ao aporte de recursos orçamentários e dos financiamentos. “Os dados do Governo indicam necessidade de R\$ 9 bilhões/ano para o saneamento e atualmente é aplicada cerca de metade desse valor. A solução institucional passa pelo aprimoramento do modelo atual de gestão regional dos serviços, deixando para que estados e municípios encontrem a melhor alternativa à prestação dos seus serviços, à luz da Constituição Federal.”

Na opinião de Vítor Bertini, presidente da Aesbe (Associação das Empresas de Saneamento Básico Estaduais), quando há o interesse coletivo, não há porque não utilizar o consórcio público. “Agora, quando cogitado em detrimento de arranjos já existentes, não é uma boa alternativa”, pondera. No caso do Piauí, ele não considera justo deixar a Agespisa, que “carrega o ônus histórico de ter feito investimentos”, com a dívida. “Por que não promover o saneamento financeiro de empresas como essa e deixá-las operar o que já operam?”

Retrocesso

A lei de consórcios – como a de concessões – dialoga com o Projeto de Lei 5.296/05, do Governo Federal, que tramita em regime de urgência na Câmara Federal e institui a política nacional de saneamento. Para José Homero Finamor Pinto, diretor do Senge-RS, um dos problemas desse é que define o fim dos subsídios cruzados em cinco anos. “A partir daí, só poderão ser praticados por consórcios, mediante a transferência a fundos orçamentários desses ou dos estados”, explica Antunes. Segundo ele, o PL não garante que haverá recursos suficientes. Para Bertini, “a manutenção dessa cláusula acaba com as companhias estaduais de saneamento”. O presidente do Fórum de Secretários acrescenta: “As conseqüências para os 40 milhões de habitantes de pequenos municípios no Brasil serão previsíveis: o retorno dos indicadores de atendimento e saúde existentes antes do Planasa (Plano Nacional de Saneamento, instituído em 1969).” O presidente da Aesbe conclui: “Os pequenos vão ficar dependentes de verbas controladas pelo Governo Federal.”

Além disso, na análise de Finamor, entre outros pontos negativos, o PL estimula conflitos diversos – isso porque não trata da polêmica questão da titularidade, nem estabelece regras claras à cooperação entre os entes da Federação. Para se contrapor a esse projeto, o Fórum de Secretários elaborou substitutivo, apresentado em maio pelo senador Gerson Camata (PMDB/ES). Uma de suas vantagens, na opinião de Antunes, é que procura interpretar corretamente o papel de cada ente federado na gestão do saneamento. Todavia, na concepção de Costa, esse sim é um retrocesso, enquanto o PL 5.296 representa avanço e precisa ser aprovado. Isso “a fim de garantir a execução do planejamento a longo prazo, única forma de se alcançar a universalização dos serviços que, em estimativa inicial, poderá ser alcançada em 20 anos mediante investimentos da ordem de R\$ 178 bilhões.” As divergências são claras, mas ele acredita que o entendimento é possível, com diálogo e participação da sociedade.

SINDICAL

Para definir estratégias e fechar posição no próximo pleito em novembro, que deve renovar os presidentes dos conselhos federal e regionais, a FNE discutiu o tema em Assembléia Geral Extraordinária, em Brasília, nos dias 2 e 3 de junho último. A reunião ampla teve a participação dos delegados dos Senges com assento no Conselho da federação, presidentes desses sindicatos estaduais e a diretoria executiva da entidade nacional.

O intuito foi chegar a consenso sobre a seguinte questão: que Confea queremos e que Creas precisamos nos nossos estados, respeitando-se as peculiaridades de cada local. Para tanto, foram apresentadas pelos participantes propostas ao Sistema, as quais devem ser formatadas pela Comissão de Sistematização. Criada na oportunidade, tal tem ainda o objetivo de

acompanhar os processos eleitorais. No decorrer desses, a idéia é oferecer todo o respaldo aos Senges. Segundo Flávio Brízida, diretor operacional da federação e membro da Comissão de Sistematização, existe a possibilidade de haver “oito ou nove candidatos da nossa base”. A assembléia decidiu ainda que a FNE apoiará um nome a disputar a Presidência do Confea.

Propostas

Informatização dos Creas com o auxílio do Confea, permanente atualização cadastral do Sistema e seriedade na fiscalização do exercício profissional são algumas das muitas propostas apresentadas durante a assembléia. Os participantes da reunião sugeriram também que se promova um processo democrático de discussão para reformulação da Lei 5.194/66 e da Resolução 218/73 – o que é bandeira da FNE –, a criação pelos conselhos de programa de geração de empregos para as áreas tecnológicas e da Câmara de Engenharia de Segurança nos Creas regionais, bem como promoção de debates relativos a políticas públicas.

Além disso, o rol de propostas abrange, entre outras, a definição pelo Sistema do perfil do engenheiro para os próximos dez anos, tendo, portanto, uma visão de futuro; seu aperfeiçoamento, com a permanente simplificação de procedimentos internos e total desburocratização de seu atendimento; sua parceria com entidades de classe, com vistas ao fortalecimento dessas; a implementação pelos Creas e Confea de sistema de engenharia pública, com promoção de ações de interesse social, e o desenvolvimento de grandes temas nacionais, como meio ambiente.

Na assembléia, concluiu-se que os conselhos, os quais têm a pecha de regimes cartoriais, devem abordar a redução de certas taxas atuais, que pesam no bolso dos profissionais. Aos Creas, é importante a descentralização, com autonomia das suas inspetorias, as quais devem ser eficientes. O Confea, por sua vez, tem que agir com total transparência perante os conselheiros federais, principalmente na abertura dos contratos realizados pelo órgão.

Quanto à fiscalização, deve ser feita de forma profissional e em todas as áreas do Sistema, não apenas na civil, visando os leigos e maus profissionais ao invés de atacar os bons. Assim, o entendimento é de que o Conselho Federal têm o papel preponderante de valorizar as profissões da área tecnológica, atuando de maneira forte e eficaz e cobrando resultados imediatos das grandes empresas do País nessa questão.

Mobilização evita extinção da RFFSA

As entidades do setor ferroviário, com o apoio de diversas organizações, incluindo a FNE, conquistaram importante vitória no mês de junho. Sua mobilização garantiu a rejeição pelo Plenário da Câmara dos Deputados, no dia 21 daquele mês, das medidas provisórias 245 e 246, editadas em abril, que tratavam da extinção da RFFSA (Rede Ferroviária Federal S/A). A luta agora é contra o Decreto 5.476/05, publicado pelo Governo Federal dois dias após na tentativa de efetivar a liquidação da rede. Esse é considerado inconstitucional pelas entidades, que adotarão as medidas cabíveis para impedir que seja levado a cabo.

Tais defendem o envio de um projeto de lei que disponha sobre a esperada reestruturação do setor ferroviário brasileiro, o que, na opinião de técnicos, não pode ocorrer sem que haja definições claras e satisfatórias quanto ao patrimônio da rede, estimado em mais de R\$ 26 bilhões, e pessoal –cerca de 430 ferroviários na ativa. A idéia é de criação de um órgão federal específico, o qual incorporaria mão-de-obra e patrimônio da RFFSA e Valec, incluídas no Programa Nacional de Desestatização, além da Geipot – Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes, também em liquidação, e Coordenação Geral Ferroviária do DNIT (Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes). “Esse deve ter a possibilidade de definir políticas para o setor e assegurar o domínio de nossa soberania”, salienta a diretora da FNE e vice-presidente da Faef (Federação das Associações de Engenheiros Ferroviários), Clarice Soraggi. Ela participou de reunião no dia 30 de junho com o ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, na qual se pleiteou ao Governo o envio de projeto de lei que contemple essas reivindicações e seja amplamente discutido com a sociedade. Deputados presentes ao encontro disseram que o Congresso rejeitará qualquer proposta divergente. O titular da pasta prometeu levar a demanda ao Presidente da República.

Em debate, novas atribuições da categoria

Soraya Misleh

Em discussão no Confea (Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia), a proposta de mudanças na Resolução 218/73, que trata das atribuições profissionais dos engenheiros, arquitetos e agrônomos, tem despertado polêmica.

Uma das principais alterações, explica Moacyr Freitas de Almendra Gayoso Junior, coordenador da CEP (Comissão de Exercício Profissional) do Confea, é a adoção do “princípio de flexibilização, que caracteriza as atuais diretrizes curriculares nacionais, no sentido de conceder título, atribuição e competência profissional”. Ele exemplifica: hoje um engenheiro eletricitista não é habilitado pelo Conselho para fazer cálculo estrutural, mesmo que tenha tal especialização. Assim como um civil na mesma situação não pode atuar em linhas de transmissão. Com a modificação, isso lhes será permitido. Para reunir atribuições hoje restritas à área de civil, um aluno da graduação de elétrica precisará apenas cumprir “algumas cadeiras básicas”, optativas da modalidade. Na ótica de Gayoso, a grande vantagem é que o profissional não fica engessado. “Dá-se condição a ele atuar na sua área de formação, mas tem esse requisito que o habilita a fazer atividade em outra.”

Uma das preocupações explicitadas por engenheiros é de que a mudança poderia abrir brecha a que um técnico exercesse funções hoje restritas a eles. “De forma alguma. A proposta observa estritamente o disposto na legislação vigente”, assegura o coordenador da CEP.

Jogada estratégica

Devido a inúmeras divergências, a proposta foi dividida estrategicamente em duas etapas. Na primeira, foi apreciado o texto genérico, menos polêmico. A fase para envio de contribuições

se encerrou em 9 de junho e, antes de ser votado – possivelmente em agosto –, será avaliado pelo setor jurídico do Confea. Pode, ainda, sofrer emendas no Plenário do Conselho.

Na próxima etapa, serão definidos os anexos, que incluirão a gama de atuação de cada profissional. Ou seja, o que cada um poderá fazer, embora, frisa Gayoso, não se propugne por uma regra fechada. As atividades dessa fase – a começar do zero, garante o coordenador da CEP, dadas as controvérsias – se reiniciam agora e a votação deve ficar para outubro.

Ele admite que a separação foi necessária para que se obtenha a aprovação no Plenário do Confea pelo menos do texto-base, o qual deve nortear as próximas discussões. E assim cumprir indicativo do CNP (Congresso Nacional dos Profissionais), realizado em São Luís, Maranhão, de que a proposta seja votada ainda neste ano. Mas garante que antes de haver consenso sobre os anexos, nem mesmo a primeira parte da resolução modificada entrará em vigor. O prazo para tanto, informa Gayoso, é de 180 dias, a partir da sua aprovação.

Apesar de sua perspectiva ser de que “os anexos não dêem muito trabalho”, está criada a polêmica em relação a eles. “Na engenharia, muita gente não quis a flexibilização, que tem suas vantagens e desvantagens. Entre civis e eletricitas, por exemplo, há o dilema sobre quem pode fazer trabalhos de baixa tensão residencial. Entre químicos e mecânicos, caldeiras e vasos de pressão.”

Para que a nova resolução seja aprimorada a bem dos profissionais, a expectativa é de ampla participação. O debate está aberto a todos os interessados, enfatiza Gayoso. “As discussões para a reformulação da Resolução 218 tiveram início no ano de sua promulgação e se estendem até hoje. Efetivamente a partir de 1996, o Confea vem dando total apoio a essa questão, procedendo encontros de trabalho, divulgando as ações realizadas e conclamando a comunidade profissional a participar. Prova maior dessa afirmativa foi a prorrogação do prazo de discussões, durante o exercício de 2005, com base na indicação do CNP. O projeto está amplamente divulgado no site do Confea (www.confea.org.br) desde 2002.”

O texto pode ser acessado na página do Conselho Federal, entretanto, não é muito fácil de compreender. E não se encontram muitas explicações sobre as mudanças propostas, de forma simples e direta. Além disso, a FNE observa que o debate ainda está circunscrito a um grupo pequeno. Sua luta é para mudar isso e democratizar o acesso a essas informações. E então recolher contribuições ao projeto para encaminhar aos Creas e ao Confea, com o auxílio dos Senges.

O que acontece nos Estados

PI

Fechado acordo na Agespisa

No dia 27 de junho, foi firmado o acordo coletivo de trabalho 2005-2006 com a Agespisa (Águas e Esgotos do Piauí S.A.), após 15 dias de paralisação da categoria. Os engenheiros terão 8,49% de reajuste salarial, conforme o ICV-Dieese, escalonado em forma de abono a ser pago

em quatro vezes. Ou seja, 3,39% em junho; 5,09% em julho; 6,79% em agosto e 8,49% em setembro. Somente no mês de abril de 2006, os 8,49% serão incorporados ao salário. Eles também conseguiram aplicação desse percentual sobre o vale-refeição, a partir de junho, e que os dias parados não sejam descontados. Segundo Antônio Florentino de Souza Filho, presidente do Senge Piauí, isso só foi possível graças à mobilização de todos.

Campanhas em curso

Ainda estão em andamento as campanhas salariais nas empresas estatais também com data-base em 1º de maio, onde a participação do Senge Piauí tem ocorrido em conjunto com o Sindicato dos Urbanitários nesse Estado. Houve avanço nas negociações na Cepisa (Companhia Energética do Piauí) com acordo para as cláusulas econômicas. Estabeleceram-se 8,07% de reajuste salarial, abono de R\$ 350,00 mais 25% sobre o salário-base de abril. As cláusulas sindicais nessa empresa continuam em discussão, assim como a negociação com a diretoria da Chesf (Companhia Hidro Elétrica do São Francisco), cuja proposta ainda não atendeu os anseios da categoria.

RN

Avaliação do Crea em pauta

Visando contribuir com o processo sucessório que elegerá o próximo presidente do Crea-RN no dia 9 de novembro, sindicalistas e ex-presidentes do Conselho estão se reunindo para avaliar os anseios e demandas dos profissionais do Sistema Confea/Creas. O grupo é integrado por Manoel Jusselino Silva, presidente do Sintec (Sindicato dos Técnicos Industriais) desse Estado; Silvio Bezerra, presidente do Sinduscon (Sindicato da Indústria da Construção Civil); além de Emilson Medeiros, Orígenes Neto, José de Arimatea Fernandes, Anjelo da Costa Neto, Mário Varela Amorim e Zélia Santos. “O objetivo é fortalecer a missão que a sociedade delegou a esse órgão”, informou Augusto César de Freitas Barros, presidente do Senge Rio Grande do Norte e coordenador desse trabalho. Informações sobre os próximos debates pelo telefone (84) 3206-3105 e e-mail senge@sengern.org.br.

SC

Instalado medo de demissões na Eletrosul

No dia 21 de junho, representantes da intersindical, embasados na 9ª cláusula do Acordo Coletivo de Trabalho, foram recebidos pelo presidente da Eletrosul Centrais Elétricas S.A., Milton Mendes de Oliveira, e pelo diretor de Gestão Administrativa e Financeira, Antônio Valdir Vituri, para questionar o motivo da demissão sem justa causa de dois engenheiros. Oliveira limitou-se a afirmar que a direção perdeu a confiança nos dois profissionais e negou que o procedimento se tratasse de perseguição política. Ele rechaçou também os rumores de que mais nove serão dispensados, mas deixou aberta a porta para outros cortes. “Não existe

lista nenhuma, como já disse em entrevista ao jornal A Notícia . Mas volto a frisar que qualquer um pode ser demitido, basta pisar na bola.” Na ocasião, o diretor da FNE, Carlos Abraham, alertou o presidente da Eletrosul de que a atitude está em desacordo com a Convenção 158 da OIT (Organização Internacional do Trabalho), que veta a demissão imotivada. Ele salientou ainda que a atitude injustificada instalou o clima de pavor dentro da empresa.

MA

Centro de apoio ao profissional

O sindicato coloca ao alcance dos seus associados um serviço de qualificação profissional no recém-criado Centro Permanente de Treinamento. Já estão abertas as inscrições para os cursos técnicos de Orça Plus e AutoCad. Interessados devem entrar em contato com o Senge Maranhão pelo telefone (98) 3232-1208 ou e-mail senge_ma@ig.com.br. Segundo o presidente da entidade, Sebastião Djalma Gomes, a partir de agosto estarão à disposição outros cursos, além de seminários e palestras técnicas. “Estamos buscando parcerias para atender as necessidades do mercado e propiciar melhores serviços aos filiados”, afirmou.

Bolsa de Emprego

Trata-se de outra iniciativa para auxiliar na colocação profissional. O Senge receberá currículos de engenheiros, bem como ofertas de trabalho pelas empresas – ambos devem ser enviados ao cadastro do sindicato pelo e-mail senge_ma@ig.com.br. A entidade se encarregará de encaminhar à companhia o profissional cujo perfil se adeque à vaga disponível. O serviço é gratuito. Maiores informações pelo telefone (98) 3232-1208.

Sala de Informática

Nesse espaço estão dispostos cinco computadores para engenheiros em treinamento (podendo ser compartilhadas para formação de turmas de até seis pessoas por turno) e um outro para o instrutor. Os profissionais que desejarem freqüentar ou promover cursos devem fazer reservas pelo telefone (98) 3232-1208 ou e-mail senge_ma@ig.com.br.

RS

Fischmann defende reforma política durante posse

No dia 20 de junho, aconteceu a cerimônia de posse da direção do Senge Rio Grande do Sul e a comemoração dos 63 anos da entidade. Assumiu o segundo mandato como presidente Joel Fischmann, que, durante a cerimônia, lembrou a atual crise política vivida no País. “A nossa reforma mais urgente não é a sindical ou a trabalhista, mas a reforma moral das nossas

instituições, que deve ser consubstanciada, já, por uma reforma política assentada em bases que representem um verdadeiro avanço da nossa democracia.” Na ocasião, a nova diretoria foi parabenizada pela importância das ações que o sindicato desenvolveu ao longo dos anos, decorrentes dos avanços obtidos na sua função primeira de representação profissional, bem como pelo crescente número de serviços que oferece aos seus associados, em apoio à própria atividade dos engenheiros. O evento contou com a presença de representantes dos poderes executivos e legislativos municipais e estaduais, de sindicatos e associações congêneres, de empresas estatais e privadas, assim como de Jorge Gomes, presidente da Central Brasileira de Profissionais, e Murilo Celso de Campos Pinheiro, presidente da Federação Nacional dos Engenheiros. Ao cumprimentar Fischmann, esse último disse que “a FNE sente-se orgulhosa pelo trabalho desenvolvido pelo Senge-RS em prol da engenharia e das ações que promove junto à sociedade”. Também chamou a atenção para “a responsabilidade que teremos nos próximos anos”, referindo-se ao papel que a federação e seus sindicatos filiados deverão desempenhar nas discussões nacionais voltadas “à questão do emprego, ao alcance de uma vida mais justa à população brasileira e ao desenvolvimento do País”.

ENTREVISTA

Foi lançada, em 15 de junho, a campanha “Tarifa Cidadã”, que propõe medidas para baratear as passagens de ônibus, trem e metrô em até 50%. Tal objetivo seria atingido reduzindo-se a carga tributária sobre o setor, hoje de 31,38%, o preço do diesel (compensando por aumento na gasolina) e da energia elétrica, além do custeio das gratuidades, como passes do idoso ou estudante, pelo Estado e não pelos usuários, como ocorre em muitos municípios. Àqueles que não poderiam arcar mesmo com preços mais baixos, propõe-se a concessão do “Vale-Transporte Social”.

Coordenador nacional do MDT (Movimento Nacional pelo Direito ao Transporte), o arquiteto Nazareno Stanislaw Affonso falou a Engenheiro sobre a iniciativa, o problema do transporte no Brasil e a crise de mobilidade enfrentada pelas grandes metrópoles, organizadas em função do automóvel.

Por que a campanha “Tarifa Cidadã”?

No Brasil, nós optamos por uma solução de mercado para o transporte, diferentemente do que foi definido para saúde e educação, que são serviços essenciais prestados pelo Estado. Assim, o usuário é visto como o consumidor que deve pagar pelo serviço a partir do momento em que entra no ônibus ou metrô. Houve propostas para que arcasse inclusive com custo de terminais, sinalização e tudo mais. No transporte metroviário, por exemplo, o usuário paga toda a operação, excluindo-se o investimento. No caso dos ônibus, paga o investimento

também. Isso está na tarifa e há um desconhecimento muito grande do usuário quanto ao que está pagando, o que é a tarifa, que é possível reduzi-la.

Essa não é a primeira tentativa de redução tarifária. Por que agora há mais chances de dar certo?

Porque a crise agora é bem maior. Hoje nós temos 35% a menos de passageiros que deixaram o transporte público, que conseqüentemente ficou mais caro, já que um número menor de usuários sustenta uma estrutura do mesmo tamanho ou maior, porque as cidades cresceram e as frotas tiveram que ser ampliadas. A população está mais pobre e os custos do transporte acompanham preços internacionais. Quando se fala em tarifa, está em pauta o preço do veículo, portanto, do mercado mundial de aço. O mesmo acontece com o pneu e o diesel. Só não está indexado internacionalmente o salário. Para se ter uma idéia, há dez anos o salário pesava quase 60% na tarifa, às vezes 65%. Hoje é de 40% a 45%.

Os técnicos conhecem bem esses dados, então o sentido da campanha é muito mais a conscientização da população para o fato de que poderia custar muito menos. Isso depende da disposição do País de dizer “eu quero que mais gente use o transporte público”. Na prática, o que estamos propondo é que a sociedade, através dos tributos, pague uma parte desse custo.

Além de esclarecer a população, a campanha exige um grande acordo político. Como vai isso?

O MDT entrou com a concepção e fomos desenvolvendo o material em harmonia com o que foi pela Frente de Prefeitos e o Fórum Nacional de Secretários. Passamos um ano, juntos, negociando com o Governo Federal e elaboramos um documento, que é a base da campanha e de um acordo em torno dessas propostas. Só que o acordo parou porque tinha como base o preço do diesel, responsável por 12% de aumento tarifário, e as negociações com a Petrobras não avançaram. Os prefeitos continuam pressionando, fizeram encontros em Salvador e Curitiba. Agora, estamos aguardando uma reunião com o Presidente.

Outro ponto crucial nesse debate é a crise de mobilidade, sobretudo em grandes cidades como São Paulo. Como enfrentá-la?

A crise de mobilidade está fundada primeiramente numa política centrada no automóvel, que tem inúmeros subsídios. A pressão é feita por um grupo muito bem-articulado, tanto a indústria como os trabalhadores, que conseguiu que um produto de consumo individual fosse tratado como indústria de transformação. Com isso, teve todas as isenções de impostos que se possa imaginar na década 50. E as vantagens continuam. A via pública passou a ser privatizada pelo automóvel, que em São Paulo ocupa 90% dela. O automóvel é o meio de transporte que mais tem crescido no Brasil. Nós hoje somos reféns de uma cidade feita para atender a organização do automóvel, o que a torna muito mais cara. É um meio que gasta muito mais energia e transporta muito menos gente. Além disso, a população de baixa renda gasta 26% do

seu ganho com transporte, enquanto os mais ricos, que usam automóvel, aplicam 10% nesse item. Porque não arrumamos uma forma de equiparar essa despesa e aplicar a diferença no transporte coletivo. Na cidade de São Paulo, existem 3,5 milhões de automóveis. Rodam no horário de pico 700 mil. Se 10% dos que estão parados resolverem sair num dia de chuva, o tráfego nas ruas aumenta em 40%.

Esses dados mostram que só há solução para o automóvel integrado à rede de transporte público. O cidadão se desloca de um lugar mais afastado até um determinado ponto, deixa seu carro estacionado e passa para o metrô ou ônibus. A sociedade precisa enxergar que isso é necessário, mudar a mentalidade, o tema tem que entrar na agenda do País. Hoje, nos Estados Unidos, onde o transporte público foi destruído pela indústria automobilística, faz-se o caminho de volta. Estão investindo US\$ 7 bilhões por ano porque chegaram a um ponto limite. Nós copiamos os EUA, destruimos nossas cidades para abrigar o automóvel, e agora temos também que voltar atrás. Todo administrador a partir de agora, independentemente do partido, terá que investir em transporte. Quanto mais tempo isso leva para acontecer, mais complexas e caras ficam as soluções. Neste caso, ou o bem prevalecerá ou perderemos todos, inclusive o usuário de automóvel.

Saiba mais:

www.tarifacitada.org.br

www.antp.org.br/mdt/mdt00.htm

C&T

O Ministério das Comunicações brasileiro implantou e desenvolve a maior plataforma de multisserviços para a inclusão digital da América Latina: o Gesac (Governo Eletrônico Serviço de Atendimento ao Cidadão), que disponibiliza ferramentas de tecnologia da informação para todos os estados brasileiros, através de Internet em banda larga via satélite, utilizando softwares livres. Quem afirma é Antonio Albuquerque, diretor do Programa de Serviço de Inclusão Digital da Secretaria de Telecomunicação do Ministério das Comunicações.

Segundo ele, o programa saiu do papel em 16 de junho de 2003 e já está presente em 3.200 pontos em todo o País, atendendo a aproximadamente 4 milhões de usuários conectados em rede através de 18 mil computadores – ou 20% de todos os internautas nacionais. Isso inclui localidades absolutamente desprovidas de cultura tecnológica, muitas delas até mesmo sem energia elétrica, como algumas comunidades indígenas e quilombolas.

Até agora, o Gesac consumiu cerca de R\$ 70 milhões. De acordo com Albuquerque, a continuidade dos serviços está garantida até julho de 2007 e terá aporte de mais R\$ 114 milhões. A expectativa é de que o programa atenda, até o final de 2006, 6,5 milhões de pessoas.

Mais que equipamentos

O diretor assegura que a iniciativa não se restringe ao fornecimento de máquinas. “Não basta apenas levar equipamento e conexão para comunidades carentes. É preciso levar serviços e metodologia de trabalho que permitam mudar a realidade local dos cidadãos, através da ampliação da rede de esforços em capacitação, pois a valorização do ser humano é o principal fator para se obter resultados em inclusão digital.” Com um sinal de alta velocidade – megabyte por ponto de presença –, o Gesac oferece serviços de e-mail, escritório, laboratório virtual, hospedagem de páginas e canal de notícias, para que comunidades tradicionalmente excluídas das redes de telecomunicação intervenham em seu desenvolvimento econômico, cultural e pedagógico.

Albuquerque entende que somente com a articulação das comunidades envolvidas será possível dar os próximos passos, que são a gestão do conhecimento, o suporte às iniciativas tecnológicas e a geração de conteúdos. Isso porque as próximas fases do programa contemplam o desenvolvimento, a elaboração e a veiculação de programas em rádio e TV.

Trata-se do Centro de Mídia, que poderá transmitir, ao vivo para toda a rede, programas locais em áudio e vídeo de qualquer ponto do País em que o Gesac esteja presente. Esses recursos poderão ser usados por outros setores do Governo, como na preparação de agentes de saúde ou no ensino a distância. Há também o sistema de voz sobre IP. Com ele, as comunidades que não possuem sistema de telefonia poderão ligar para telefones fixos de qualquer lugar do Brasil, pela Internet, usando o computador do seu telecentro com microfone e fones de ouvido. Da mesma maneira, poderão receber chamadas no seu computador. Inicialmente, estarão disponíveis 20 mil minutos por mês gratuitos de ligações, distribuídos entre todos os pontos de presença. Marcelo D’Elia Branco, um dos propagadores globais da utilização de softwares livres e profissional da área de Tecnologia da Informação há 25 anos, considera o Gesac desafiador e inédito no mundo, mas defende que não seja visto isoladamente. “É uma base, um dos vetores de unificação das iniciativas de inclusão digital do Governo para outros projetos importantes, como o ‘Casa Brasil’, do Ministério da Cultura, que articula espaços, sejam eles públicos ou não, para o uso intensivo de tecnologia digital, em especial o software livre”, pondera.

Conheça os serviços à disposição

Pelo portal www.idbrasil.gov.br, todos os usuários têm a possibilidade de consultar documentos oficiais, acompanhar orçamento, obter suporte técnico, notícias sobre inclusão digital, links comunitários e também conhecer a tecnologia utilizada. Lá também está a localização dos chamados “pontos de presença”.

No endereço www.idbrasil.org.br, estão as principais ferramentas do Gesac, disponível para todos os cidadãos brasileiros:

Correio eletrônico – o usuário envia e recebe mensagens de texto, imagens, sons, documentos, participa de listas de discussões com seu nome de usuário e armazena endereços de colegas ou comunidades em sua agenda.

Lista de discussão – sistema de organização de mensagens que redireciona para as pessoas cadastradas na lista todos os e-mails postados individualmente.

Laboratório – área criada especialmente para os interessados em testar programas desenvolvidos individualmente ou em grupo. Além dos testes de software, podem ser reportados erros em programas para que todos atuem nas suas correções.

Rau-Tu – qualquer dúvida enviada pelos usuários será respondida pelos gestores do Gesac. Qualquer cidadão que tiver seu e-mail idbrasil (obtido apenas em um dos telecentros do programa ou pontos de presença) poderá se cadastrar para responder dúvidas como colaborador.

A Teia – área pública para divulgação de idéias, notícias e projetos desenvolvidos na Comunidade IDBrasil.

Fichário – organiza documentos de forma descentralizada, com a possibilidade de revisar versões modificadas em cada arquivo.

Escritório – área para organização de compromissos escolares ou profissionais. É uma grande agenda virtual que pode ser visitada de qualquer lugar.

Pousada – espaço para publicação de páginas na Internet criadas por usuários únicos ou grupo.